

**ANEXO I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Art. 18º Inciso I § 1º da Lei 14.133/2021)**

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:**

**1.1.** Este Estudo Técnico Preliminar, elaborado pela Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, do município de Vilhena/RO, será parte integrante do Processo Protocolo nº 89.397/2026, cujo objeto é a aquisição de refeições prontas (marmiteix) por meio do procedimento licitatório Pregão Eletrônico.

**2. OBJETIVO**

**2.1** Caracterizar, através do Estudo Técnico Preliminar (ETP), determinada necessidade, descrevendo as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao termo de referência caso se conclua pela viabilidade da contratação, conforme regulamenta a §1º art. 18º da Lei de Licitações e Contratos 14.133/2021.

**3. ÁREA REQUISITANTE:**

- Secretaria Municipal da Agricultura – SEMAGRI;

**4. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP:**

**4.1.** Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).

**4.2** Instrução Normativa 03/2024/CGM (Município de Vilhena)

**4.3** Decreto Municipal 59.677/2023

**5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (Art. 18º §1º Inciso I da Lei 14.133/21):**

**5.1.** A Secretaria Municipal de Agricultura, nos termos da Lei Orgânica do Município, possui como atribuição o fomento à agricultura e à pecuária, bem como a promoção de políticas públicas voltados ao atendimento dos trabalhadores rurais, pequenos produtores, chacareiros e suas organizações, observando diretrizes como incentivo à produção, assistência técnica, fortalecimento da agroindústria, proteção ambiental e desenvolvimento sustentável da propriedade rural.

**5.2.** Nesse contexto, a Lei Municipal nº 6415/2024 institui o Programa Porteira Adentro, que viabiliza a execução de serviços estruturantes nas propriedades rurais, incluindo manutenção e recuperação de estradas, mecanização de áreas, implantação de estruturas produtivas, transporte de insumos e apoio direto à agricultura familiar, evidenciando a necessidade de atuação contínua e descentralizada das equipes da Secretaria.



**5.3.** O Município de Vilhena possui área territorial de 11.699,150 km<sup>2</sup>, sendo aproximadamente 65% composta por reservas indígenas e áreas de proteção ambiental, enquanto a área urbana corresponde a cerca de 11 km<sup>2</sup>. Tal configuração territorial resulta em uma extensa zona rural produtiva, que demanda presença constante do poder público para garantir infraestrutura, apoio técnico e condições adequadas ao desenvolvimento das atividades agropecuárias.

**5.4.** As equipes da Secretaria Municipal de Agricultura executam suas atividades predominantemente em campo, abrangendo serviços como cascalhamento e patrolamento de estradas vicinais, recuperação de pontes, visitas técnicas, cadastramentos, acompanhamento de projetos e realização de ações institucionais, o que implica deslocamentos frequentes e permanência prolongada em localidades distantes da sede do município.

**5.5.** Considerando as grandes distâncias entre a zona urbana e as áreas atendidas, bem como a natureza contínua dos serviços prestados, mostra-se inviável o retorno dos servidores à sede administrativa durante o intervalo intrajornada, sob pena de comprometer a eficiência, a economicidade e a continuidade das atividades executadas.

**5.6.** Nesse sentido, o fornecimento de alimentação pronta (marmitex) aos servidores em campo configura-se como medida necessária e adequada, garantindo condições mínimas de trabalho, evitando interrupções nas atividades, otimizando o tempo de execução dos serviços e contribuindo diretamente para o aumento da produtividade e a melhoria da prestação dos serviços públicos.

**5.7.** Ademais, registre-se que o fornecedor atualmente contratado, RARO REGIONAL LTDA, manifestou formalmente através do ID 1542475, que deixará de fornecer refeições prontas (marmitex) ao Município de Vilhena, nos termos do Contrato nº 007/2025, em razão do encerramento de suas atividades no período diurno, passando a operar exclusivamente no período noturno, voltado ao segmento de culinária japonesa. Informou, ainda, que manterá o fornecimento de forma excepcional e temporária apenas à Secretaria Municipal de Agricultura, durante período de transição, em razão da complexidade e do tempo necessário à realização de novo procedimento licitatório. Tal circunstância evidencia a necessidade imediata de realização de novo registro de preços, a fim de evitar a descontinuidade do fornecimento e assegurar a continuidade dos serviços públicos.

**5.8.** Destaca-se que as ações desenvolvidas pela SEMAGRI possuem impacto direto no fortalecimento da produção rural, no desenvolvimento do Município e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis, inclusive com incentivo à produção orgânica, sendo imprescindível assegurar suporte logístico adequado às equipes envolvidas.

**5.9.** Dessa forma, a presente contratação justifica-se pela necessidade de atender aos servidores que atuam em campo, assegurando-lhes condições dignas e adequadas para o desempenho de suas funções, em consonância com o interesse público e a continuidade dos serviços essenciais prestados pela Secretaria.

**5.10.** Ressalta-se que a contratação observará rigorosamente os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, transparência e qualidade, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.



**5.11.** Por fim, a descrição detalhada da demanda, incluindo quantitativos estimados e especificações técnicas, será devidamente apresentada no Termo de Referência, em conformidade com as normas aplicáveis.

**6. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Art. 18º §1º Inciso II da Lei 14.133/21):**

6.1. A contratação está prevista no plano de Contratações Anual (PCA) da SEMAGRI, registro no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

6.2. O recurso para a aquisição é oriunda de Recursos Livre do Município, tendo como elemento de despesa: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO – Reduzido: 326.

**7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18º § 1º Inciso III da Lei 14.133/21):**

**7.1** O licitante deverá comprovar a aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

**7.2** Poderão participar deste processo de aquisição empresas do ramo de atividade relacionada **ao objeto**, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho.

**7.3** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**7.4** O vencedor deverá possuir estabelecimento na Sede do Município de Vilhena/RO.

**7.5** As refeições deverão ser preparadas no Município de Vilhena/RO.

**7.6** Observar, na entrega do objeto as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança pública, e as melhores normas técnicas específicas de produção e comercialização do produto.

**7.7** A contratada deverá promover rodízio (variação) do cardápio, para que não haja repetições diárias das opções;

**7.8** O contrato terá prazo de vigência inicial de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

**7.9** O produto deverá ser fornecido de acordo com as necessidades da Unidade Requisitante, após o recebimento das requisições expedidas pelo setor competente, vale ressaltar que a quantidade estimada para consumo diário vai de acordo com a necessidade de cada secretaria, não sendo possível mensurar um número diário,



contudo a empresa contratada deves receber a solicitação do objeto com no mínimo 2 horas de antecedência.

**7.10** Outros requisitos e especificações do objeto estarão previsto no termo de referência.

## **8. LEVANTAMENTO DA DEMANDA (Art. 18º §1º Inciso IV da Lei 14.133/21):**

**8.1.** Tomando por base o histórico de Consumo e DFD – Documento Formalizar de Demanda da Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI, considerando ser para atendimento contínuo por 12 meses, estima-se a quantidade individualizada e total a ser adquirida será conforme demonstrado quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Aquisição de refeição pronta condiciona da embalagem tipo “MARMITEX” peso mínimo 700g cada, conforme termo de referência.	7.800

## **9. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Art. 18º §1º Inciso V da Lei 14.133/21):**

**9.1.** Para fins de substanciar o processo em tela, esse estudo técnico preliminar utilizou a prospecção e análise das alternativas possíveis existentes no mercado, e a busca pela solução técnica e economicamente adequada à demanda.

**9.2** A partir da definição da necessidade e dos requisitos da contratação é possível definir algumas alternativas possíveis para solução da demanda:

- 1)** O município adquirir os Equipamentos e local para produzir refeições, além de capacitar e habilitar funcionários para esta finalidade;
- 2)** Realizar a contratação de empresa especializada, onde a empresa fornecerá todos os funcionários, equipamentos e estrutura necessária para o fornecimento de marmitas; além de obter alvarás de funcionamento e manual de boas práticas;
- 3)** O município adquirir os Equipamentos e contratar funcionários terceirizados para realizar a produção de Marmitas.

### **MELHOR SOLUÇÃO:**

Fazendo a análise das possíveis alternativas elencadas anteriormente, foi definido que a melhor solução, tanto técnica quanto econômica, é a alternativa número 2, uma vez que o município teria um custo elevado para adquirir os Equipamentos e utensílios necessários, já que os mesmos geram manutenções, demandam local adequado para a produção das “marmitas”, impostos e demais.

Quanto à locação dos equipamentos, porém utilizando funcionários do município para tentar diminuir o valor do custo, a dificuldade encontrada é no quadro de funcionários do município, que não conta com um quadro de Cozinheiros (exceto nas escolas Municipais) que fosse capaz de suprir a demanda, além disso, seria necessário habilitar, treinar e especializar esses funcionários para poder produzir as refeições, montagem de estrutura física com barracão bem como equipamentos para efetuar este serviço o que também geraria um custo alto aos cofres públicos.



Partindo da alternativa número 2, torna-se possível contratar empresa especializada já com o fornecimento de toda a estrutura de funcionários, utensílios, pessoas devidamente capacitadas, estrutura para produção das marmitas, necessários para executar os fornecimentos. Outra vantagem é no fato de que a demanda por este serviço não é contínua, ou seja, será efetuado somente quando tiver necessidade. Pode haver meses em que este fornecimento seja menos requisitado, o que tornaria o investimento em estrutura, treinamento de profissionais e aquisição de máquinas ou funcionários próprios do município específicos para este fim muito oneroso.

**9.3** Considerando ainda as características de utilização, as quantidades dos produtos necessários, os períodos de uso para 12 meses, conclui-se que a melhor opção é a mais vantajosa, adequada e disponível no mercado, sob a égide dos princípios da oportunidade e conveniência da Administração Pública está na realização de **Licitação pela Modalidade Pregão eletrônico**, que viabiliza a contratação de empresa para fornecimento dos itens licitados pelo menor preço aliado à adequação e qualidade do objeto contratado.

**9.4** A escolha da modalidade Pregão eletrônico que viabilize a formação Sistema de Registro de Preços fundamentado no **Art. 6º Inciso XLI, XLV e XLVI Art. 17º §2 da Lei nº 14.133/2021**, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos e Art. 69º do Decreto Municipal nº 59.677/23, e se justifica pela conveniência da aquisição de bens com previsão de entregas parceladas. Esta modalidade também facilita o trabalho de planejamento orçamentário das unidades, possibilitando uma melhor aplicabilidade dos recursos ao longo do exercício.

**9.5** Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

**9.6** Logo, a aquisição de consumo objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento do objeto a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

**9.7** Em termos de justificativa econômica, a natureza **do objeto** a ser contratado é comum nos termos do **Art. 20º da Lei 14.133/2021**, pois, seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos **neste Instrumento**, por meio de especificações usuais de mercado.

**9.8** No que concerne à aquisição sob o menor valor visam-se equilibrar custo e qualidade, sendo a forma de licitação por pregão eletrônico a mais vantajosa para





atender as necessidades da Administração. De nada adiantaria uma aquisição num valor mais acessível se não houvesse qualidade do bem fornecido. Sem dúvidas, o atendimento a esse quesito se deve à perfeita especificação e avaliação das propostas realizada pelo setor de licitações.

#### **10. ESTIMATIVA DE VALOR (Art. 18º §1º Inciso VI da Lei 14.133/21):**

**10.1** O custo estimado da aquisição é de **R\$ 131.586,00 (cento e trinta e um mil e quinhentos e oitenta e seis reais)**, considerando a quantidade total a ser licitada, e considerando o valor unitário homologado da ultima contratação do objeto (similar) feita pelo Município de Vilhena, Processo 13.446/2024, conforme planilha demonstrativa de preços unitários e totais abaixo:

Item	Descrição	Unid.de Medida	Quant.	Valor und	Valor Total
1	Marmitex embalagem isopor com tampa redonda contendo: arroz branco tipo I, feijão carioca tipo I, maionese, macarrão - massasêmola tipo espagete nº 08, Carne (devendo haver variação periódica do tipo, e sendo no mínimo 100g de duas qualidades por dia frita, assada ou cozida), refogados (batata inglesa frita, batata doce cozida, abóbora cozida, inhame cozido, banana de fritar etc.), Saladas (rúcula, alface, beterraba, cenoura, chuchu etc.). Com peso mínimo 800 gramas ou mais. Obs. Os refogados, saladas e maionese deverão ser emvasilhados separados dos alimentos cozidos, fritos e assados. Conter sachês de sal e colher	Unidade	7.800	<b>R\$ 16.87</b>	<b>R\$ 131.586,00</b>

#### **10.2** Da metodologia que será aplicada à política de preços:

**10.2.1** A metodologia que será aplicada para aferição de valores será baseada no inciso II do Artigo 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, sendo este:

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

#### **11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18º §1º Inciso VII da Lei 14.133/21):**

**11.1** Diante dos requisitos listados e considerando o levantamento de mercado, observou-se que o objeto ao qual se refere este Estudo Técnico Preliminar é passível de execução por quaisquer empresas do ramo alimentício que atendam aos critérios exigidos.



**11.2** O Pregão Eletrônico utilizando o Sistema de Registro de Preços se mostra a melhor forma de licitar o objeto, tendo em vista que não há a definição exata do quantitativo de fornecimento a ser contratado pela Administração, havendo tão somente estimativas que podem variar conforme diversas situações, como aumento ou diminuição do quadro de pessoal, aumento ou diminuição das demandas, entre outros.

**11.3** A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto

**11.4.** O procedimento licitatório será conduzido com base nos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assegurando uma seleção transparente, justa e competitiva de fornecedores.

**11.5.** A licitação será do tipo menor preço por item, a fim de garantir a aquisição de marmitex com o melhor custo-benefício para a Administração Pública Municipal. Serão estabelecidos critérios objetivos e mensuráveis para a avaliação das propostas, considerando a qualidade dos produtos, a capacidade técnica dos fornecedores e a regularidade fiscal das empresas participantes.

**11.6.** O objeto a ser adquirido deverá estar de acordo com as especificações técnicas e normas vigentes, garantindo a qualidade dos alimentos, estando em boas condições de aroma e paladar.

**11.7.** Por fim, deverá ser estabelecido um sistema eficiente de gestão e controle das marmitex, com o objetivo de monitorar o consumo, evitar desperdícios e assegurar a racionalidade no uso dos recursos públicos. Tal controle será de responsabilidade da área demandante, que realizará o registro e acompanhamento dos materiais adquiridos.

## **12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Art. 18º**

### **§1º Inciso VIII da Lei 14.133/21):**

**12.1.** Não se aplica.

## **13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 18º §1º Inciso IX**

### **Da Lei 14.133/21):**

**13.1.** Com a contratação relacionada a este processo, espera-se atender as necessidades da unidade administrativa e alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais, e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, os seguintes benefícios:



a) Pretende-se assegurar o fornecimento de refeição pronta acondicionada a embalagem tipo "marmitex" de qualidade com padrões de segurança alimentar esperados, bem como variedade do alimentos;

b) Economia no valor da contratação em função do ganho de escala da compra centralizada;

c) Eficiência com a redução do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;

**13.2.** Pela disputa de fornecedores no procedimento de licitação por Pregão Eletrônico, espera-se conseguir a contratação por preços inferiores aos valores levantados no mercado, o que trará economicidade na contratação, mas prezando pela qualidade do objeto licitado.

#### **14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (Art. 18º §1º Inciso X da Lei 14.133/21):**

**14.1** Desenvolver um Termo de Referência que descreva de maneira clara e objetiva os requisitos técnicos, operacionais e legais necessários para a contratação. Esse documento servirá como base para o edital de licitação.

**14.2** O contrato será emitido através da necessidade de cada unidade administrativa no momento de liberação da Ata de Registro de Preços.

**14.3** Será designado gestor de contrato e fiscal de contrato para acompanhamento da execução do contratado.

**14.4** Até o presente momento não se verifica outras providências adicionais a serem tomadas que não tenha sido discriminada neste documento.

#### **15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18º §1º Inciso XI da Lei 14.133/21):**

**15.1** Não há contratações correlatas e/ou interdependentes com a contratação pretendida.

#### **16. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (Art. 18º §1º Inciso XII da Lei 14.133/21):**

**16.1** Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, a CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade abaixo discriminadas, quando couber:

a) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial –INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares

b) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, que utilize materiais recicláveis e /ou sejam recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

c) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais





como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs). Atender aos critérios de sustentabilidade.

**d)** O fornecimento de refeições demanda consumo de água, gás e energia elétrica. A contratada deverá assumir os custos destes e de outros insumos da produção, além de adotar medidas para garantir o consumo racional e para reduzir o impacto ambiental de sua produção.

**17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (Art. 18º §1º Inciso XIII da Lei 14.133/21):**

**17.1.** A aquisição para a unidade administrativa da Prefeitura de Vilhena visa obter o melhor custo benefício para o Município, através da centralização das compras públicas.

**17.2.** A aquisição deverá estar em conformidade com a legislação vigente, como a Lei 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis, como o Decreto Municipal nº 59.677/2023 e Instrução Normativa nº 003/2024/CMG/PGM.

**17.3.** Sendo assim, a aquisição visa atender as necessidades do Município pautada nos princípios de transparência, legalidade, eficiência, razoabilidade, economicidade e visando somente o interesse público.

**18. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:**

**18.1.** Com base nos elementos apresentados neste estudo, considera-se que a contratação é viável, visto que está de acordo com as normas vigentes e há grande chance da licitação ser conduzida com sucesso.

**18.2.** Além de ser necessária e estar prevista nas despesas anuais da Secretaria, dentro da dotação orçamentária de materiais de consumo.

**18.3.** Portanto, declaramos viável e razoável a devida contratação, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses das unidades administrativas.

Vilhena/RO, 25 de março de 2026.

**Gilvaneo da Veiga**  
Secretário Municipal de Agricultura  
Dec. 62.148/2024  
SEMAGRI  
(assinado eletronicamente)

